

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA
CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/03/2023 até 31/03/2023

DATA DA NOTÍCIA: 01/03/2023

Título: CPI dos Atos Antidemocráticos do DF ouve número 2 da Secretaria de Segurança nesta quinta (2)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/cpi-dos-atos-antidemocraticos-do-df-ouve-numero-2-da-secretaria-de-seguranca-nesta-quinta-2>

A CPI dos Atos Antidemocráticos da Câmara Legislativa ouvirá nesta quinta-feira (2) o ex-secretário executivo da Secretaria de Segurança Pública do DF, Fernando de Sousa Oliveira, que será o primeiro depoimento da Comissão. Fernando integrava a cúpula da segurança do DF no dia 8 de janeiro, quando aconteceram os ataques antidemocráticos aos prédios de Brasília. Ele foi exonerado em seguida pelo então interventor Ricardo Cappelli.

A definição do calendário da CPI e dos nomes para os depoimentos foi confirmada na primeira reunião da Comissão realizada no dia 14 de fevereiro. Na ocasião, também foi aprovada a convocação do ex-secretário de Segurança Pública do DF, Anderson Torres, que também foi ministro da Justiça no governo Bolsonaro e que agora está preso por possível conivência com os atos. Torres será ouvido pela CPI no dia 9 de março.

O deputado distrital Gabriel Magno (PT), que integra a CPI como suplente, lembra que o chamamento para os atos aconteceu nas redes sociais e por isso ele afirma que houve anuência e até participação de autoridades responsáveis pela segurança pública e inteligência. "Precisamos saber do ex-secretário Executivo da SSP como isso se deu, até porque ele foi responsável pela escolta dos terroristas até a Praça dos Três Poderes", defendeu Magno.

DATA DA NOTÍCIA: 02/03/2023

Título: Lula lança Novo Bolsa Família, com valor mínimo de R\$ 600: 'Programa da sociedade brasileira'

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/03/02/lula-lanca-novo-bolsa-familia-com-valor-minimo-de-r-600-um-programa-da-sociedade-brasileira>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou, nesta quinta-feira (2), o novo Bolsa Família, que prevê distribuição de R\$ 13,2 bilhões e alcance de 21,86 milhões de famílias. A medida provisória foi assinada em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença de ministros e autoridades. O programa tem vigência imediata, mas precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional em até 120 dias para ser convertido definitivamente em lei.

Entre as novas regras, o programa estabelece um valor mínimo de R\$ 600 por família, além de dois benefícios complementares: o Primeira Infância e o Renda e Cidadania. O primeiro determina um valor adicional de R\$ 150 para cada criança de até 6 anos de idade na composição familiar, enquanto o segundo concede um valor extra para famílias que estejam abaixo da linha da pobreza e possuam renda de até R\$ 178 por pessoa.

O novo Bolsa Família também traz duas novas garantias: a regra de proteção e o retorno garantido. A regra de proteção estabelece que, caso a família melhore de vida, a renda dela pode aumentar até meio salário mínimo per capita sem que ela saia do programa imediatamente. Já o retorno garantido diz que as famílias que se desligarem voluntariamente do programa ou perderem a renda e precisarem voltar ao programa terão prioridade no retorno. No final da reportagem, leia as principais novidades do programa.

Na cerimônia, Lula se emocionou com o discurso de uma doutora em biologia. A família da jovem foi beneficiária do Bolsa Família e, com esse benefício, ela pôde ter acesso ao ensino superior por meio de cotas e programas educacionais do governo federal. Em seu discurso, o presidente da República destacou a importância do Bolsa Família para garantir justiça social e afirmou que a fome é uma ameaça que deve ser cuidada com total prioridade.

No palco, ao lado de Lula e da primeira-dama Janja, participaram os ministros Wellington Dias (Desenvolvimento Social), Rui Costa (Casa Civil) e Camilo Santana (Educação) e a presidente da Caixa, Rita Serrano. "O que estamos apresentando hoje vai na direção da justiça social. Sei que o roncar da barriga é um alerta para a vida ameaçada. A fome é uma ameaça, por isso, temos que cuidar dela com total prioridade", afirmou Wellington Dias.

Dias usou referências bíblicas para dizer que o benefício era um ato de justiça social. "Quem vive a fome tem até vergonha de dizer que passa fome e quem nunca viveu a fome não pode nem imaginar como é", disse. Ao fim de sua fala, pediu aos presentes na cerimônia que rezassem um Pai Nosso. "Sei que há pessoas de vários credos aqui, mas [vamos] agradecer a Deus para ele nos iluminar pra essa caminhada, que não é um desafio pequeno", disse o ministro.

Famílias com renda mensal de até R\$ 218 por pessoa têm direito ao programa;

O benefício é de R\$ 600 por família, no mínimo;

Famílias com crianças até 6 anos recebem extra de R\$ 150;

Famílias com crianças e jovens entre 7 e 18 anos incompletos e com gestantes ou mulheres que estejam amamentando recebem adicional de R\$ 50;

Vacinas em dia, frequência escolar e acompanhamento pré-natal serão exigidos;

O pagamento começa no dia 20 de março; expectativa é distribuir R\$ 13,2 bilhões e atingir 21,8 milhões de famílias.

DATA DA NOTÍCIA: 01/03/2023

Título: Ministério Público peruano pede 36 meses de prisão para Pedro Castillo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/ministerio-publico-peruano-pede-36-meses-de-prisao-para-pedro-castillo>

O Ministério Público do Peru solicitou na terça-feira (28) uma pena de 36 meses de prisão contra o ex-presidente Pedro Castillo por supostos atos de corrupção quando estava no comando do país.

O Ministério Público sustenta que o ex-presidente liderou uma suposta organização criminosa em modo de conluio agravado e tráfico de influência.

O pedido contra Castillo também recai sobre os ex-ministros Juan Silva (Transportes e Comunicações) e Geiner Alvarado (Habitação).

O pedido contra o ex-presidente Casillo foi apresentado ao Supremo Tribunal de Justiça depois que o Ministério Público formalizou a investigação contra o ex-chefe de Estado em 21 de fevereiro. A investigação do Ministério Público foi oficializada depois que o Congresso aprovou, em 17 de fevereiro, o relatório final de uma denúncia constitucional contra o ex-presidente, uma etapa prévia necessária. O pedido contra Pedro Castillo e outros dois ministros de seu governo será avaliado em audiência na próxima sexta-feira (3).

Pedro Castillo cumpre atualmente 18 meses de prisão preventiva pela investigação a que está sujeito pelo suposto crime de rebelião, por ter ordenado a dissolução do Parlamento no início de dezembro passado.

DATA DA NOTÍCIA: 01/03/2023

Título: Argentina aprova lei para facilitar aposentadoria e medida pode beneficiar até 800 mil pessoas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/01/argentina-aprova-lei-para-facilitar-aposentadoria-e-medida-pode-beneficiar-ate-800-mil-pessoas>

A Argentina aprovou na terça-feira (28) a lei da moratória previdenciária, que permitirá que cerca de 800 mil pessoas em idade de aposentar-se, mas que não possuem os 30 anos de

contribuição necessários, possam acessar o direito. Esse grupo é composto principalmente por mulheres e trabalhadores do setor informal.

A nova lei habilita um plano de pagamentos para regularizar a dívida dos anos de contribuição faltantes. Também permite que trabalhadores possam cancelar dívidas antes de alcançar a idade requerida para a aposentadoria. Este último grupo abarca cerca de 900 mil pessoas.

Aprovado com 134 votos, a iniciativa representa uma conquista para a população na Argentina e para o espaço político peronista que governa o país, a coalizão Frente de Todos (FdT). Após três tentativas sem sucesso desde dezembro, graças ao boicote do bloco macrista Juntos por el Cambio, desta vez foi possível obter o quórum exato de 129 deputados no recinto para a abertura da sessão legislativa na Câmara.

Após aberta a sessão, legisladores dos blocos opositores se apresentaram e somaram os 107 votos negativos. Votaram em peso contra a lei o bloco do Juntos por el Cambio, além dos dois parlamentares que representam o bloco da extrema direita no Congresso, La Libertad Avanza.

Os argumentos contrários à aprovação da lei consistiram em definir a medida como um "remendo" diante da crise econômica que assola o país e o empobrecimento da população.

Carlos Heller, presidente da comissão do Orçamento e parte da coalizão governista admitiu que a medida pode ser paliativa, mas destacou a importância de atender quase um milhão de argentinos empobrecidos, em um país com inflação anual de 100%. "Enquanto se resolvem os problemas de fundo, as medidas paliativas são mecanismos adequados para que as pessoas não fiquem por fora da proteção do Estado", enfatizou durante a sessão.

DATA DA NOTÍCIA: 02/03/2023

Título: Governo Lula retira Abin do controle de militares do GSI e transfere agência para Casa Civil

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia: <https://www.brasilefato.com.br/2023/03/02/governo-lula-retira-abin-do-controle-de-militares-do-gsi-e-transfere-agencia-para-casa-civil>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oficializou, nesta quinta-feira (2), a transferência da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para a Casa Civil, pasta comandada pelo ministro Rui Costa (PT) e diretamente ligada à Presidência da República. A medida foi confirmada por meio de um decreto publicado no Diário Oficial da União.

A mudança faz parte da estratégia do governo petista de reformulação das estruturas de inteligência para conter a influência de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), acusado de aparelhar e fazer uso político da Abin. O órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência estava anteriormente sob comando do GSI, único ministério comandado por um militar na Esplanada, o general Gonçalves Dias.

A estratégia do governo Lula, que é uma demanda de entidades de profissionais de inteligência da agência, como a Intelis (União dos Profissionais de Inteligência de Estado da

Abin), é reformular os serviços de inteligência e segurança institucional, após o fracasso na antecipação e monitoramento das invasões do dia 8 de janeiro.

A portaria também indica que a Abin deverá "assistir o Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República nos assuntos de competência da Abin" e "indicar ao Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República os servidores que poderão ser designados para prestar serviço no exterior nos termos do disposto no art. 10 da Lei nº 11.776, de 17 de setembro de 2008".

DATA DA NOTÍCIA: 05/03/2023

Título: 'Chávez era único': venezuelanos vão às ruas no 10º aniversário da morte do ex-presidente

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/05/chavez-era-unico-venezuelanos-va-o-as-ruas-no-10-aniversario-da-morte-do-ex-presidente>

Milhares de venezuelanos foram às ruas de Caracas neste domingo (05) para marcar os 10 anos da morte do ex-presidente Hugo Chávez, falecido no dia 5 de março de 2013, vítima de um câncer.

Os manifestantes se reuniram em diversos pontos da capital da Venezuela e marcharam juntos até o Quartel da Montanha, antigo forte militar localizado no bairro periférico 23 de Enero que se converteu no mausoléu onde o corpo do ex-mandatário está enterrado.

Membros de movimentos populares, sindicatos e partidos políticos afirmaram ao Brasil de Fato que marchar no dia da morte de Chávez serve para mostrar que o ex-presidente era diferente de todos os que o antecederam, pois deixou um legado único na história do país.

O professor Miguel Román diz que as diferenças entre Chávez e outros ex-presidentes eram enormes e podem ser notadas nas posturas humildes do ex-tenente-coronel, pois ele tinha uma "relação muito mais íntima" com os setores populares.

"Chávez foi um visionário, muitos dizem um estadista, mas eu diria que ele foi um ser humano muito humilde e comprometido com a causa da humanidade", diz.

Román argumenta que "deve haver uma campanha permanente de informação, de comunicação e difusão do legado de Chávez" e que ele e seus colegas professores devem "contar sua história permanentemente nas escolas, nas universidades, porque é isso que vai garantir que sua obra siga sendo presente e vista".

Ainda segundo o professor, os venezuelanos se recordam com muito orgulho das ideias de integração do ex-presidente, forte entusiasta de projetos entre países da América Latina e do Caribe. "Lembremos que quando ele inicia seu mandato [em 1999] ele se dedica à integração latino-americana, à criação da ALBA, alguns anos depois da Unasul e logo depois à fundação da CELAC", afirma.

A política externa de Chávez também é elogiada pela advogada Aura Umbria, que destaca a postura combativa que o país adotou frente aos EUA durante os mandatos do ex-presidente.

"Chávez foi muito especial não só para os venezuelanos, mas também para muitos países da América Latina. Seus discursos sobre o respeito aos direitos humanos e sobre o avanço

e desenvolvimento das nações ainda seguem vigentes porque aí estão os Estados Unidos impedindo o avanço das nossas nações", diz.

DATA DA NOTÍCIA: 06/03/2023

Título: Raúl Castro, Evo, Correa e outros líderes latino-americanos se reúnem com Maduro na Venezuela

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/06/raul-castro-evo-correa-e-outros-lideres-latino-americanos-se-reunem-com-maduro-na-venezuela>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, recebeu neste domingo (5) em Caracas diversos líderes políticos de distintos países para debater o legado do ex-mandatário Hugo Chávez, morto há dez anos, em 5 de março de 2013.

Os ex-presidentes de Cuba, Raúl Castro, da Bolívia, Evo Morales, do Equador, Rafael Correa, e de Honduras, Manuel Zelaya, estiveram presentes no encontro.

O líder cubano destacou os laços de Chávez com Cuba e com o ex-presidente Fidel Castro, quem classificou o venezuelano como "o melhor amigo do povo cubano".

"Uma das fortalezas de Chávez era sua lealdade aos princípios que assumia e o povo cubano identificou rapidamente as qualidades de Chávez", disse.

Raúl ainda condenou as sanções e o que chamou de "guerra econômica" dos EUA contra a Venezuela e cumprimentou o presidente Maduro pelo combate à crise no país.

"Fomos testemunhas da liderança de Maduro para continuar a obra de Chávez e sua capacidade de resistir e vencer. Nessa batalha, estive e estarei ao lado do seu povo e ao seu lado, Nicolás, e da união cívico-militar do povo bolivariano e chavista", afirmou.

O ex-presidente do Equador, Rafael Correa, também cumprimentou o governo venezuelano por seguir debatendo os feitos de Chávez e recordou do primeiro encontro que teve com o ex-presidente venezuelano.

"Eu era ministro da Economia quando disse a Chávez, durante uma cúpula no Paraguai, que o admirava. Ele ficou surpreso, porque naquele momento o Equador vinha de uma longa tradição de governos de direita e já, naquela época, via em mim um aliado", disse.

Evo Morales, ex-mandatário boliviano, também esteve presente e disse "a melhor homenagem a Chávez é ser revolucionário e ser revolucionário é ser anti-imperialista, é não trair as lutas dos povos".

A ideia foi respaldada pelo ex-presidente de Honduras, Manuel Zelaya, que também participou do encontro. Ele criticou o bloqueio dos EUA contra Cuba e Venezuela e os casos de lawfare no Brasil e na Argentina, afirmando que o continente segue unido.

"Enquanto sigam explorando a classe trabalhadora e destruindo o meio ambiente, nós seguiremos aqui lutando e prestando homenagem a quem merece, como Chávez", disse Zelaya.

DATA DA NOTÍCIA: 06/03/2023

Título: Com principais coalizões rachadas, Argentina se prepara para eleição presidencial

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/06/com-principais-coalizes-rachadas-argentina-se-prepara-para-eleicao-presidencial>

Março chegou oficializando o ano de eleição na Argentina. Apesar das muitas indefinições sobre os candidatos e os rachas nas coalizões, alguns movimentos no tabuleiro político já marcam o início da disputa eleitoral. Em outubro deste ano, o país irá eleger candidatos para os cargos de presidente, governadores e legisladores.

As decisões agora giram em torno das listas de candidatos que cada coalizão irá apresentar para a eleição primária, conhecida no país pela sigla PASO (Eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias). Segundo a lei, esta etapa está prevista para o dia 13 de agosto, segundo domingo do mês.

Na Argentina, a eleição primária é realizada por meio da participação popular e define os partidos que, obtendo pelo menos 1,5% dos votos válidos, irão à eleição geral. As PASO também determina a lista de candidatos que será apresentada por cada agrupamento de partidos políticos, com as chamadas internas abertas – quando uma mesma coalizão apresenta mais de uma chapa para os cargos em disputa.

As principais forças que se lançam à corrida eleitoral argentina são, atualmente, a coalizão peronista Frente de Todos (FdT), a cargo do governo cujo mandato se encerra em dezembro; e a coalizão Juntos por el Cambio (JxC) – "Juntos pela Mudança", em tradução livre –, que concentra partidos de direita e centro-direita. Foi nesta coalizão que Mauricio Macri chegou à presidência em 2015, consolidando sua base eleitoral e inaugurando, assim, uma fase neoliberal da qual o país ainda não conseguiu sair.

E, por diferentes motivos, são coalizões que vêm arrastando desavenças internas e ainda não possuem consenso em torno de um candidato para a presidência.

DATA DA NOTÍCIA: 09/03/2023

Título: Chile inicia novo processo para tentar deixar para trás constituição dos tempos de Pinochet

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/chile-inicia-novo-processo-para-tentar-deixar-para-tras-constituicao-dos-tempos-de-pinochet>

O Chile deu início a um novo processo constitucional, com a expectativa de criar uma Carta Magna que substitua o texto atual, que vem desde a ditadura de Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990. O processo começa com a eleição dos 50 membros de um conselho que vai redigir o texto da nova proposta. Esta é a segunda tentativa de mudança no texto constitucional chileno, após um plebiscito ter recusado a primeira proposta em setembro do ano passado.

Os membros do conselho constitucional serão eleitos em votação marcada para o próximo dia 7 de maio. Até lá, os candidatos estarão em campanha. Os partidos políticos do país sul-americano se agruparam em quatro coligações, duas de situação, com integrantes que apoiam o presidente Gabriel Boric, e duas de oposição à direita. A composição será paritária, ou seja, haverá integrantes de situação e oposição. O início do trabalho efetivo dos eleitos está previsto para o próximo dia 7 de junho. Eles terão um prazo de até quatro meses para elaboração do texto final da proposta de nova constituição. Esse texto passará por nova consulta popular, prevista para 17 de dezembro.

O rechaço à proposta constitucional chilena em 2022 entrou para a história: foi a primeira vez que um país disse "não" a uma proposta de constituição redigida por um organismo eleito através do voto popular. O processo, à época, foi semelhante ao que se iniciou nesta semana. Na votação, realizada em setembro do ano passado, 61,8% dos eleitores disseram "rejeito", enquanto 38,1% votaram na opção "aprovo". Na época, participaram cerca de 80% dos eleitores aptos a votar. O resultado foi contundente: a rejeição à proposta foi vencedora em todos os estados chilenos. Na época, o presidente Gabriel Boric, que apoiava o texto, preferiu se manifestar celebrando a participação do eleitorado, e convidou o Congresso a dialogar sobre os próximos passos do processo.

"Esta decisão dos chilenos e chilenas exige às instituições e aos atores políticos que trabalheemos com mais empenho, diálogo, respeito e carinho até conseguir chegar a uma proposta que interprete a todos, que nos dê confiança, que nos una como país", disse Boric na ocasião.

O texto de 2022 foi escrito por uma convenção que tinha mais representantes de partidos progressistas que de direita. Setores conservadores, liderados por políticos como José Kast, candidato de extrema-direita derrotado por Boric nas eleições de 2021, fizeram intensa campanha pela rejeição ao texto.

Entre os pontos mais atacados pela direita chilena estavam uma proposta de reforma dos carabineiros (força policial equivalente às polícias militares do Brasil) e a introdução de um sistema jurídico específico para os povos indígenas.

DATA DA NOTÍCIA: 09/03/2023

Título: Sentença de proscricção perpétua contra Cristina Kirchner tem fundamentos publicados nesta manhã

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/sentenca-de-proscricao-perpetua-contr-cristina-kirchner-tem-fundamentos-publicados-nesta-manha>

Na manhã desta quinta-feira (9), [foram publicados os fundamentos da sentença](#) contra a vice-presidenta argentina Cristina Kirchner no processo judicial sobre obras públicas durante sua gestão como presidenta da República. O anúncio que justifica a condenação era aguardado desde dezembro, quando o veredito do Tribunal Oral Federal 2 sentenciou Kirchner a 6 anos de prisão e inabilitação perpétua para cargos políticos por supostos desvios de verba em 51 obras públicas na província de Santa Cruz. Em um esquema inicialmente apontado como associação ilícita – acusação da qual Kirchner foi absolvida –, funcionários da então presidenta teriam beneficiado o empresário Lázaro Baez em licitações.

Em 1.616 páginas, os juízes Jorge Gorini, Andrés Basso e Rodrigo Giménez Urriburu sustentam a acusação contra Cristina Kirchner e outros 12 implicados na investigação, concluindo que, entre 2003 e 2015, houve "expressa conivência e proteção de organismos estatais para garantir a plena atividade do consórcio empresarial controlado por Lázaro Báez".

"Após haver examinado os fatos em toda sua extensão – 'o filme completo', apelando à metáfora –, a política pública que seu governo pregava pressagiando um benefício sem precedentes para a extensa província patagônica, na verdade escondia, como um cavalo de Troia, o orçamento indispensável para o desenvolvimento exitoso da atuação criminoso", escreveram os magistrados. Das 51 obras públicas, cinco foram avaliadas pela perícia, e apenas três foram consideradas nos fundamentos publicados nesta quinta. Os juízes também retomam mensagens de texto de 2015, extraídas do celular do ex-Secretário de Obras Públicas de Kirchner, José Francisco López, apresentadas como evidências pela acusação de uma suposta operação para cessar as atividades ilícitas após a mudança de governo - Mauricio Macri, do partido de direita Proposta Republicana, PRO, venceu a eleição presidencial desse ano. Os juízes concluem que as menções a uma "senhora" nas mensagens, a quem López se refere, trata-se, indubitavelmente, da então presidenta Cristina Kirchner.

"Apesar de que, dentro do Poder Executivo Nacional, a administração geral do país desde a reforma constitucional de 1994 é exercida pelo chefe do gabinete, o Presidente da Nação também é 'responsável político pela administração geral do país'. Isso implica uma responsabilidade jurídica e política, com projeções civis e penais", diz um trecho do fundamento.

A organização kirchnerista La Cámpora convocou uma vigília na noite anterior, na quarta-feira (8), no Palácio dos Tribunais em apoio à vice-presidenta. Um grande ato foi convocado pela militância peronista para este sábado, dia 11, no município de Avellaneda. As agrupações incentivam a candidatura de Cristina Kirchner para a eleição presidencial deste ano, já que a vice anunciou em dezembro, ao receber a sentença considerada injusta, que "não se candidataria a nada".

O presidente Alberto Fernández também condenou as operações judiciário-midiáticas contra Kirchner, durante seu discurso de abertura das sessões legislativas do ano. Fernandez mencionou particularmente as diversas travas nas investigações da tentativa de assassinato contra Cristina, ocorrida em setembro do ano passado.

Além do escândalo dos chats vazados no ano passado, que revela a amizade entre juízes, o Grupo Clarín, funcionários do Partido Republicano e dois dos juízes redatores dos fundamentos hoje divulgados têm especial vínculo com o partido Proposta Republicana (PRO), liderado por Mauricio Macri. Uma foto em suas redes sociais revelaram que o juiz Rodrigo Giménez Urriburu jogou uma partida de futebol em um sítio do ex-presidente Macri; além de ter, no mesmo time, o procurador Diego Luciano, parte da acusação no caso das obras públicas. Por sua vez, o juiz Jorge Gorini também foi alvo de críticas por ter se reunido em diversas ocasiões com Patricia Bullrich, ex-Ministra de Segurança de Macri e líder da ala mais reacionária da coalizão macrista Juntos por Cambio.

DATA DA NOTÍCIA: 09/03/2023

Título: Assessor especial de Lula, Celso Amorim visita a Venezuela e se reúne com Maduro

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/assessor-especial-de-lula-celso-amorim-visita-a-venezuela-e-se-reune-com-maduro>

O assessor especial da Presidência de Lula, Celso Amorim, visitou a Venezuela nesta quarta-feira (09) e se reuniu com o presidente venezuelano, Nicolás Maduro.

O encontro, que só foi divulgado pela Presidência da Venezuela minutos após ter ocorrido, foi o primeiro contato de alto nível entre representantes dos governos brasileiro e venezuelano desde que o presidente Lula tomou posse, em janeiro.

Pelo Twitter, Maduro classificou a reunião como um "grato encontro". "Estamos comprometidos em renovar nossos mecanismos de união e solidariedade que garantam o crescimento e o bem-estar da Venezuela e do Brasil", disse o presidente.

Ex-chanceler nos governos de Itamar Franco e nos dois primeiros mandatos de Lula, Amorim é hoje um dos principais conselheiros do presidente sobre política externa. Ele esteve na delegação brasileira que viajou aos EUA em fevereiro e deve acompanhar Lula em visita à China no final de março. Desde que assumiu, o novo governo Lula vem tomando medidas de reaproximação com a Venezuela após cinco anos de hostilidades do Brasil com o país vizinho durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

Em janeiro, o Itamaraty enviou o diplomata Flávio Macieira para exercer a função de encarregado de negócios na Venezuela e organizar a reabertura da embaixada e dos consulados brasileiros no país. As sedes diplomáticas estão fechadas desde 2020 por ordens do ex-presidente Bolsonaro. Além disso, Lula já manifestou suas intenções de mediar os diálogos entre governo e oposição da Venezuela que ocorrem no México, mas que estão paralisados desde que Maduro denunciou que os opositores não cumpriram com a devolução de ativos financeiros congelados no exterior.

Outro ponto de interesse nas relações entre Brasília e Caracas é a dívida que a Venezuela possui com o Brasil, principalmente dos empréstimos adquiridos junto ao BNDES. Segundo dados do banco, o país vizinho tem uma dívida de 682 milhões de dólares. Em fevereiro, durante a posse de Aloízio Mercadante como novo presidente do BNDES, Lula garantiu que a Venezuela vai solucionar sua inadimplência e disse que o governo Bolsonaro dificultou o pagamento da dívida.

O governo venezuelano ainda terá papel decisivo nas intenções do Brasil de convocar uma reunião da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para tratar da pauta climática e proteção ambiental na América do Sul. País amazônico, a Venezuela é um dos oito signatários do tratado, junto com a Colômbia, que também já concordou em convocar a reunião.

DATA DA NOTÍCIA: 09/03/2023

Título: Paraguai anuncia apoio a candidatura brasileira para sediar cúpula da ONU para o clima em 2025

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/09/paraguai-anuncia-apoio-a-candidatura-brasileira-para-sediar-cupula-da-onu-para-o-clima-em-2025>

O presidente do Paraguai, Mário Abdo Benítez, e seu chanceler, Júlio César Arriola, receberam o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, em Assunção nesta quinta-feira (9). Na capital paraguaia, os líderes conversaram sobre os acordos de venda de energia de Itaipu e a integração regional. Arriola anunciou que apoia a candidatura brasileira para sediar a COP30, a mais importante cúpula climática da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil quer sediar o evento em Belém, em 2025. Vieira, por sua vez, destacou que a visita para Assunção é sua primeira viagem internacional como chanceler e convidou os paraguaios para o G20.

Construída de maneira conjunta por brasileiros e paraguaios, a Usina de Itaipu entrou na agenda. O acordo firmado para a construção da segunda maior usina hidrelétrica do mundo prevê que as bases financeiras para a venda de energia excedente serão rediscutidas após a quitação das dívidas contraídas para a construção de Itaipu — que ocorreu agora em 2023. O Brasil compra energia elétrica dos paraguaios, que não utilizam toda a cota que teriam direito da produção de Itaipu. O Paraguai entende que o Brasil poderia pagar mais pela energia elétrica que compra.

"Concordamos com a importância de definir, o quanto antes, as bases orçamentárias para este ano, com vistas à fixação da tarifa a ser ofertada pela entidade para 2023. Lembremos que esse processo ainda está no nível técnico da Itaipu Binacional", disse Arriola.

Apesar do início de diálogo, o acordo para redefinir as bases e valores para venda de energia deve ser definido apenas depois das eleições presidenciais no Paraguai, previstas para 30 de abril. Durante coletiva de imprensa, Vieira destacou que o Brasil é o maior investidor estrangeiro no Paraguai e que a cooperação regional é uma prioridade do Governo Federal. "Expressei a visão de um novo momento do Brasil e de sua relação com a região, uma relação que voltou ao centro de nossa política externa, conforme determina nossa Constituição, e como havíamos feito no passado", disse Vieira.

DATA DA NOTÍCIA: 10/03/2023

Título: A crise no Haiti continua

Fonte pesquisada: <https://diplomatie.org.br/>

Link da notícia:

<https://diplomatie.org.br/a-crise-no-haiti-continua/>

Nos últimos meses, o debate público brasileiro sobre a política internacional e a própria diplomacia presidencial do novo governo foram marcados pela ausência do tema do Haiti. Ofuscado principalmente pela guerra na Ucrânia, este marcado silêncio pode passar a errônea impressão de que a violência e a instabilidade que assolam o país caribenho seja tema ou de importância descartável ou de desfecho claro e simples. No entanto, esta ausência contrasta com os numerosos esforços diplomáticos bilaterais e multilaterais que têm sido empreendidos para tentar conter ou dar alguma solução diante do aprofundamento da crise multidimensional (segurança, política, humanitária) pela qual passa o país em que o Brasil teve seu maior engajamento militar desde a Segunda Guerra Mundial.

Desde a primeira parte deste texto, publicada em janeiro, a conjuntura internacional se complexificou, e o cenário de violência, instabilidade e indefinição que paira sobre o Haiti se aprofundou, exigindo novo esforço de interpretação.

A característica multidimensional da crise haitiana tem o efeito de reforçar seus diferentes aspectos. O aumento da violência cometida pelas gangues em disputas por territórios afeta o fornecimento de assistência humanitária, dificulta a realização de eleições, e piora o funcionamento de toda a infraestrutura básica de saúde, educação, alimentação, transportes, comércio e moradia do país. Recentemente, após policiais e gangues colocarem em risco instalações médicas, profissionais e pacientes, a ONG Médicos Sem Fronteiras fechou seu hospital na favela de Cité Soleil, a maior de Porto Príncipe. A ONG já tinha emitido comunicados chamando atenção à gravidade da situação e apelando ao respeito pelo sistema de saúde. Além de Porto Príncipe, a atuação violenta das gangues também tem aumentado nas regiões rurais e interioranas, como em Artibonite, ao norte da capital. De acordo com o Escritório das Nações Unidas no Haiti, os relatos de violência indicam expressivo aumento de tiroteios, sequestros, estupros e assassinatos deliberados de homens, mulheres e crianças de forma aleatória por snipers, como táticas para difundir o medo entre comunidades sob controle de gangues rivais e induzi-las ao deslocamento.

A ausência de uma única alta autoridade haitiana que tenha sido eleita também aprofunda a crise. Tem exaurido a legitimidade das instituições políticas do país, e enfraquecido a elaboração e o cumprimento de acordos que visam alguma tentativa de resolução vindos do atual governo. O mandato do que restava do Senado – que tinha se posicionado em outubro contra a intervenção – encerrou-se em janeiro, e o primeiro-ministro e presidente de fato, Ariel Henry, governa por meio de decretos. Para boa parte da oposição armada e desarmada haitiana, Henry, que já é tido como ditador, deveria ter deixado o cargo há muito tempo, e uma intervenção internacional funcionaria como uma espécie de último recurso para que ele se mantenha no poder.

A crise também tem afetado fortemente a Polícia Nacional Haitiana (PNH). Sua relação com o primeiro-ministro chegou a um momento crítico no final de janeiro, quando policiais saíram em intensa revolta pelas ruas da capital, juntando-se a outros protestos da oposição. O grupo atirou contra a residência de Henry, ocupou o quartel-general da instituição e invadiu parte de um terminal do principal aeroporto do país em busca pelo primeiro-ministro, que retornava da Argentina após ter participado do encontro da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), onde renovou seu pedido pela intervenção internacional. O gatilho para a revolta de membros da PNH foi a morte de policiais em Artibonite, após frequentes ataques de gangues às delegacias. O fato agravou a percepção difusa entre parte da corporação de falta de apoio do governo e do Estado, devido aos baixos salários, crescentes números de mortos e falta de equipamentos. Naquele momento, os policiais de Artibonite também entraram em paralisação, demandando materiais de proteção. Mais recentemente, diversas estações policiais de comunas da mesma região foram fechadas, frente a ameaça de ações de gangues, e um programa dos EUA para tentar controlar o fluxo de migrantes e refugiados de países do Caribe e América Central acabou gerando incentivos para que os policiais deixassem o país.

No Conselho de Segurança da ONU, a resolução sobre a intervenção internacional continua suspensa devido à posição de Rússia e China, e a atuação de uma coalizão liderada pelos EUA sem a autorização do Conselho é muito pouco provável. Possivelmente trará fortes reações políticas não somente de lideranças da sociedade civil haitiana e de movimentos internos aos EUA, mas também de toda a comunidade internacional de Estados, cujas posições a respeito do envio de militares é divergente. Além disso, o comitê do Conselho de Segurança da ONU, formado no final de 2022 para indicar os indivíduos que serão sancionados por suposta ligação com as gangues armadas, ainda não atualizou sua lista,

que conta somente com o nome de Jimmy Cherizier. Com este impasse entre as grandes potências que, por ora, afasta o prospecto da intervenção, a diplomacia interamericana tem ganhado relevância, e pode sinalizar, de alguma forma, para possibilidades inovadoras, embora ainda frágeis, de atuação internacional.

Durante encontro em fevereiro, a Comunidade dos Países Caribenhos (CARICOM) repudiou a ideia da intervenção internacional no Haiti. O coletivo priorizou o socorro à Polícia Nacional Haitiana (com equipamentos, salários, alimentos e aumento do efetivo) e apoiou o acordo político elaborado em dezembro de 2022 por Henry, apontando a necessidade da sua expansão. A posição da CARICOM com relação à intervenção é diferente daquela manifestada pela CELAC na Argentina. Na Declaração de Buenos Aires (p. 26), a CELAC incentivou seus membros para que estudassem as possibilidades de participação na intervenção, conforme as opções apresentadas em outubro (S/2022/747) pelo Secretário-Geral da ONU. Ao se considerar a posição dos países caribenhos presentes tanto na reunião da CELAC quanto da CARICOM, uma hipótese provável é a da mudança de posição ao longo das três semanas que separaram os dois encontros.

Na diplomacia caribenha, Bahamas e Jamaica têm tido atuação de destaque nos últimos meses, crescentemente preocupadas com o aprofundamento das consequências migratórias da crise haitiana. A primeira, atual presidente da CARICOM, manifestou em outubro sua disposição para enviar tropas e polícias, assim como fez a Jamaica após a reunião da CELAC – em entendimento que uniu governo e o maior partido de oposição do país. Com a mudança manifestada no posterior endosso da declaração da CARICOM, repudiando a intervenção, ambos passaram a ter uma posição de mediação, adquirindo mais proeminência regional nas tentativas de solução da crise. Em gesto apoiado pela CARICOM, a Jamaica também pretende hospedar um encontro para expandir e avançar as negociações do acordo de dezembro de 2022 promovido por Henry. Recentemente, uma delegação jamaicana liderada pelo primeiro-ministro Andrew Holness e pela chanceler Kamina Johnson-Smith, junto com ministros e diplomatas das Bahamas e Trindade e Tobago, visitaram o Haiti em um encontro articulado pelo Canadá, outro ator fundamental na diplomacia do atual momento da crise haitiana. Resta ainda destacar que a República Dominicana tem se posicionado fortemente pela intervenção, sendo, inclusive um de seus principais promotores.

O Canadá tem sido pressionado pelos EUA para liderar a intervenção, caso ela ocorra, mas segue relutante em enviar tropas ao Haiti, com resistências inclusive de suas Forças Armadas. Durante a conferência da CARICOM, o primeiro-ministro canadense Justin Trudeau realçou o fracasso das intervenções internacionais passadas, e defendeu a posição do país, fundamentada na aplicação de sanções e apoio à PNH. Durante o encontro, o Canadá também anunciou a inclusão de dois novos nomes à sua lista de sanções individuais: Jocelerme Privert, ex-presidente (2016-17), ex-senador e ex-ministro do Interior durante o governo de Aristide, e Salim Succar, ex-chefe de gabinete do primeiro-ministro Laurent Lamonthe – também sancionado pelo Canadá. Ao longo de fevereiro, o país enviou ao Haiti um avião e dois navios de vigilância e patrulha.

Tudo isto não acontece sem o acompanhamento próximo e atento do governo dos EUA. No mesmo momento em que os policiais ocuparam as ruas de Porto Príncipe no final de janeiro, Ariel Henry se encontrava com Todd Robinson, secretário-assistente do Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs do Departamento de Estado e Frantz Elbé, diretor geral da PNH. O encontro serviu para reforçar o apoio dos EUA à polícia haitiana na forma de envio de equipamentos. No encontro da CARICOM, uma delegação norte-americana de 27 pessoas estava presente e, recentemente, o mais alto oficial para o hemisfério ocidental dos EUA, o secretário assistente de Estado Brian Nichols, também visitou o país.

Com o impasse no Conselho de Segurança da ONU e a frágil posição de Ariel Henry, a crise haitiana ainda não tem uma solução clara no horizonte, mesmo com as várias iniciativas diplomáticas que se desdobram. Frente a complexidade da situação, os silêncios no Brasil sobre o tema não têm outra serventia que adiar uma discussão que se tornará necessária para qualquer país que almeja uma posição de significativa relevância na política internacional.

DATA DA NOTÍCIA: 10/03/2023

Título: Avançam os diálogos: segundo ciclo das negociações entre Colômbia e ELN é encerrado

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79540/avancam-os-dialogos-segundo-ciclo-das-negociacoes-entre-colombia-e-eln-e-encerrado>

As delegações do governo da Colômbia e do Exército de Libertação Nacional (ELN) encerraram nesta sexta-feira (10/03) o segundo ciclo de diálogos de paz, realizado no México, durante a cerimônia da qual participou a vice-presidente colombiana Francia Márquez. As partes envolvidas acordaram uma nova agenda para a paz na Colômbia, bem como acordos sobre os elementos iniciais para a participação da sociedade e, finalmente, acerca dos elementos iniciais para o cessar-fogo entre o governo e o ELN .

Em seguida, assinaram o "Acordo do México", que coube aos negociadores chefes das delegações governamentais, Otty Patiño, e do ELN, Pablo Beltrán.

Após a assinatura do acordo, Beltrán destacou que a busca pela paz foi "alimentada pela vontade de mudança da maioria e dos jovens, evidenciada durante a greve nacional de 2021". Ele destacou que a agenda de diálogo entre as partes está "comprometida com os interesses dos milhões de vítimas do conflito armado e das maiorias populares". O representante do ELN também "exortou todos a buscar uma paz duradoura e participar do esforço nacional para ter um país onde o exílio causado por perseguições políticas e dificuldades econômicas cessem".

Beltrán manifestou o empenho do ELN em "ajudar a ultrapassar o conflito armado e contribuir para a transformação da sociedade", esforço em que convidou a empoderar as mulheres e a ouvir todas as vítimas para contribuir para a reconciliação da paz. Explicou que perante o terceiro ciclo de diálogos, o "desafio será entrar em questões mais substantivas, construir uma paz piloto e aplicá-la em algum território, avançar no cessar-fogo bilateral e nacional, conseguir uma participação mais inclusiva e fortalecer o Estado social de direito"

Sobre o terceiro ciclo de negociações, Patiño lembrou que será realizado em Havana, capital cubana, e agradeceu o governo de Cuba por seu apoio invariável à paz na Colômbia por várias décadas.

A vice-presidente colombiana Márquez também saudou o gesto de Cuba, expressando "que o conflito armado destruiu a todos e, com certeza, não há outro caminho senão assumir o desejo de mudança e paz total promovido pelo governo do presidente Gustavo Petro". Márquez afirmou que tais mudanças implicam destinar aos serviços de educação, saúde, alimentação, água e eletricidade e "criar infraestruturas para melhorar a vida os vultosos

recursos que antes eram dedicados à guerra". Também afirmou que o governo da Colômbia "saúda esta nova agenda de diálogo para resolver o confronto armado, avançar na implementação de um plano de assistência humanitária e transformar as estruturas que levaram o país a acreditar que a solução passava pelas armas". Já o ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, destacou que as negociações para encontrar a paz na Colômbia "apontam para a esperança e para o futuro".

DATA DA NOTÍCIA: 12/03/2023

Título: Impacto do bloqueio dos EUA contra a Venezuela é mais grave entre as mulheres

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/12/impacto-do-bloqueio-dos-eua-contr-a-venezuela-e-mais-grave-entre-as-mulheres>

As sanções impostas pelos EUA contra a Venezuela, que começaram a ser aplicadas em 2014, agravaram a crise econômica no país e contribuíram para piorar as condições de vida da população. Os impactos do bloqueio, no entanto, foram sentidos de maneira mais grave pelas mulheres, segundo as pesquisadoras.

Entre 2016 e 2019, Washington ampliou significativamente seu pacote de sanções contra Caracas e atacou diretamente a indústria energética venezuelana, principal fonte de recursos do país. O bloqueio contra a PDVSA, que praticamente impediu qualquer transação internacional da estatal petroleira, gerou um efeito cascata em quase todos os outros setores da economia. Embora o governo tenha priorizado a área social nos orçamentos ao longo dos últimos anos e conseguido manter, com dificuldades, os mecanismos de auxílios financeiros, a queda dos ingressos reduziu drasticamente a capacidade de novos investimentos em programas sociais e serviços públicos.

"As receitas da PDVSA ou do Estado, produtos da venda do petróleo, diminuíram em cerca de 95%", explica a socióloga venezuelana Ana Gabriela Salazar da ONG de direitos humanos Sures, que conduz estudos sobre os impactos do bloqueio nas condições de vida da população.

Ao Brasil de Fato, a pesquisadora destaca que o impacto das sanções nas políticas públicas tiveram maior incidência entre as mulheres, pois "fazemos parte de grupo em maior condição de vulnerabilidade, não somente por sermos mulher, mas também porque o sistema mundo e a sociedade global assim estão conformados".

Além disso, a crise agravada pelas sanções deu origem a uma espiral inflacionária que resultou em baixa produtividade interna, perda de capacidade de importação e, conseqüentemente, um quadro de escassez de produtos básicos que impactou diretamente a vida das mulheres. Apesar dos casos de escassez já não serem mais registrados no país, os anos de inflação elevada e o processo de dolarização informal geraram distorções cambiais que impactam diariamente os trabalhadores venezuelanos que têm seus salários constantemente desvalorizados.

Segundo a última Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida, publicada pela Universidade Católica Andrés Bello (UCAB) em novembro do ano passado, 50,5% da população da Venezuela vive em condição de pobreza multidimensional. O indicador não mede apenas a

pobreza relacionada à renda, mas também outros fatores como acesso à moradia, educação, emprego e serviços.

O setor da saúde foi um dos que mais sofreram as consequências do bloqueio, o que afetou diretamente a vida das mulheres. As dificuldades de acesso a métodos anticoncepcionais, assim como a outros medicamentos e exames ginecológicos, compõem o quadro da vulnerabilidade feminina na Venezuela. A alta nos preços, a degradação dos salários e a recusa de várias empresas estrangeiras em fazer negócios com a Venezuela dificultou o acesso da população a itens e serviços básicos.

Segundo a ONG venezuelana Gênero com Classe, a dificuldade em obter esses produtos resultou em aumentos de casos de gravidez indesejada e infecções por doenças sexualmente transmissíveis.

DATA DA NOTÍCIA: 14/03/2023

Título: Senado do Chile votará redução da jornada de trabalho

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/14/senado-do-chile-votara-reducao-da-jornada-de-trabalho>

O Senado chileno marcou para 21 de março a votação do projeto de lei que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais, uma das promessas de campanha do presidente Gabriel Boric, que comemora um ano à frente do Executivo, informam fontes locais.

A proposta foi apresentada inicialmente em 2019 pela então deputada comunista Camila Vallejo. Segundo a atual Ministra da Secretaria Geral do Governo, "não há economia que se levante se tivermos trabalhadores com graves problemas de saúde mental, sobrecarga, depressão e stress." Apesar de aprovada pela Comissão de Trabalho do Senado e com forte apoio da população, a ideia - que foi discutida pela primeira vez no Legislativo em janeiro de 2020 - encontrou forte oposição de setores empresariais e partidos de direita.

Em junho de 2022, o presidente Gabriel Boric declarou que promoveria o projeto de lei para reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais. "Tenho certeza que estamos dando um passo significativo para uma vida mais digna para o nosso povo", afirmou.

Boric apelou aos setores políticos e ao empresariado que apoiassem a iniciativa e sublinhou que a proposta é a favor das famílias. O Chefe de Estado disse que "é possível e desejável melhorar a qualidade de vida, as relações laborais, a produtividade, os negócios e construir uma sociedade melhor". A estratégia prevê a redução gradual da jornada de trabalho até chegar a 40 horas em 2028, além de garantir facilidades para cuidadores de crianças e adolescentes de até 12 anos, entre outras contribuições para a previdência social e trabalhista. Na mesma linha, o membro da Coordenadora Nacional das 40 Horas, Miguel Nazal, apontou a pressão dos setores empresariais e desafiou o Senado a avançar com a proposta, tal como tem feito com outras leis aprovadas com celeridade.

Se aprovado, o projeto seguirá para Câmara dos Deputados chilena e, caso seja vitorioso no Congresso Nacional, o governo de Boric deve promulgá-lo no dia 1º de maio, data em que é comemorado o Dia Internacional do Trabalhador.

DATA DA NOTÍCIA:14/03/2023

Título: Equador: centrais sindicais convocam marcha contra presidente Guillermo Lasso

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79585/equador-centrais-sindicais-convocam-marcha-contra-presidente-guillermo-lasso>

A Frente Unitária dos Trabalhadores do Equador (FUT) convocou para esta quarta-feira (15/03) uma marcha de protesto contra as reformas do código trabalhista impulsionadas pelo presidente Guillermo Lasso, pelo que qualificaram de inépcia diante dos problemas sociais e econômicos que o país sul-americano atravessa.

A presidente da organização sindical, Marcela Arellano, acusou o governo de Lasso de tomar medidas com o objetivo de afastar os trabalhadores das organizações sindicais, no que seria, segundo suas palavras, “mais uma demonstração de inépcia diante dos problemas sociais e econômicos que o país atravessa”. Na coletiva realizada no final da tarde desta segunda-feira (13/03), Arellano também criticou parte da imprensa local, por defender o discurso governista de que as mobilizações contra o governo buscam desestabilizar o país e promover a ingovernabilidade. “A mobilização faz parte dos direitos humanos fundamentais, está dentro da Constituição, e estamos protestando justamente porque neste momento estamos em estado de indefesa”, retrucou a líder sindical.

Arellano acrescentou que organizações estudantis, camponesas e indígenas afirmaram que se somarão ao atos que se realizarão nas três principais cidades do país, Quito, Guayaquil e Cuenca. Além de criticar as políticas do atual governo, as centrais sindicais e os movimentos sociais devem reforçar a pressão pelo afastamento de Lasso do poder, o que pode favorecer a iniciativa que tramita na Assembleia Nacional equatoriana em favor da destituição do presidente.

DATA DA NOTÍCIA: 16/03/2023

Título: Bancada do PT quer papel militar claro na Constituição, sem margem para ‘tutela’ política

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/excluir-glo-e-dubiedade-sobre-poder-moderador-forcas-armadas-constituicao/>

A bancada do PT na Câmara dos Deputados trabalha para coletar assinaturas e garantir a tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar o artigo 142 do texto constitucional. O dispositivo foi constantemente usado por Bolsonaro e seguidores – até mesmo por leigos sem qualquer noção de leis – para argumentar que as Forças Armadas poderiam exercer um “poder moderador” no país e, em última instância, tutelar os poderes. Era o que queriam o ex-presidente e seu entorno golpista.

Essa possibilidade estava no cerne da tentativa de golpe de 8 de janeiro: provocar o caos para justificar uma GLO, uma operação para garantia da lei e da ordem com base “no 142”, como diziam os bolsonaristas. A PEC é de autoria do deputado federal Carlos Zarattini (PT-SP) e exclui da Constituição as GLO.

O artigo 142 em vigor diz que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. O texto de Zarattini propõe as Forças Armadas “organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob o comando supremo do Presidente da República, e destinam-se a assegurar a independência e a soberania do país e a integridade do seu território”.

Segundo a justificativa do texto, há “nítida extrapolação” na atual previsão do artigo 142 do papel das Forças Armadas como instrumentos da ordem democrática. A constatação, não só de Zarattini, mas de vários atores democratas, é de que a redação da Constituição dá margem a uma interpretação ambígua ou dúbia, e a brecha foi usada pelos golpistas e por Bolsonaro. O autor do texto, ao justificar a PEC, cita o exemplo de Portugal, país que passou por décadas de ditadura salazarista, que, redemocratizado, como o Brasil, adotou uma nova Constituição. Mas o texto português prevê que “às Forças Armadas incumbe a defesa militar da República”, e que elas “obedecem aos órgãos de soberania competentes, nos termos da Constituição e da lei”.

DATA DA NOTÍCIA: 17/03/2022

Título: Justiça da Venezuela despenaliza homossexualidade dentro das Forças Armadas

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/03/17/justica-da-venezuela-despenaliza-homossexualidade-dentro-das-forcas-armadas>

O Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela determinou nesta quinta-feira (16) a anulação de um artigo do Código de Justiça Militar que previa punição para homossexuais dentro das Forças Armadas. A norma, anulada a pedido da Defensoria do Povo, previa a pena de um a três anos de prisão para, segundo o texto do código, “todo militar que cometa atos sexuais contra a natureza”.

“A Sala Constitucional [...] anulou, a pedido do Defensor do Povo, Alfredo Ruiz Angulo, a disposição contida no único aparte do artigo 565 do Código Orgânico de Justiça Militar por carecer de suficiente clareza e precisão jurídica sobre a conduta que pretendia solucionar”, aponta a decisão. Ainda segundo o TSJ, o artigo violava a Constituição venezuelana e os convênios de direitos humanos ratificados pelo país.

“Ainda que se entendesse atos sexuais contra a natureza como aqueles não destinados à reprodução, dita interpretação, à luz de conceitos científicos, sociais e jurídicos atuais, não resulta compatível com a Constituição, nem com instrumentos internacionais validamente assinados e ratificados pela República, antes de tudo, por ser contrário ao postulado fundamental de progressividade em matéria e garantia aos direitos humanos”, apontou a Corte.

A decisão foi celebrada por membros de movimentos LGBTQIA+ da Venezuela. Ao Brasil de Fato, o ativista Leandro Villoria classificou a decisão como "histórica" e disse que ela é resultado dos anos de protestos que organizaram no país.

Villoria foi um dos responsáveis por organizar um protesto em novembro do ano passado que ocorreu em frente ao edifício da Defensoria do Povo. Alguns manifestantes chegaram a se acorrentar nas imediações do prédio para exigir que o diretor do órgão público acatasse suas demandas. Além da descriminalização da homossexualidade nas Forças Armadas, outras pautas dessa manifestação eram o direitos de mudança de nome para pessoas trans e o casamento igualitário.

DATA DA NOTÍCIA: 17/03/2023

Título: Governo retomará compras de alimentos da agricultura familiar

Fonte pesquisada: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>

Link da notícia:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/governo-retomara-compras-de-alimentos-da-agricultura-familiar>

O governo federal relança, no próximo dia 22, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, a equipe de governo pretende aproveitar uma visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Recife para anunciar a retomada do programa.

Criado no início do primeiro governo Lula, em 2003, o PAA foi instituído para incentivar a agricultura familiar sustentável por meio do estímulo ao consumo da produção do setor, principalmente por meio de compras feitas por órgãos públicos. A prática também tende a contribuir para a formação de estoques públicos, ajudando a evitar a disparada dos preços dos principais alimentos, além de incentivar hábitos alimentares saudáveis.

“No dia 22 agora, lá em Recife, o governo federal vai relançar o PAA, com R\$ 500 milhões para comprar da agricultura familiar e levar [os produtos] para a mesa do povo”, anunciou o ministro na 20ª Festa da Colheita do Arroz Agroecológico, evento que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realizou em Viamão (RS) e que reuniu agricultores familiares, empresários, integrantes de outras entidades que apoiam o movimento, representantes do governo federal e parlamentares.

“Vamos comprar a preço de mercado os alimentos que vocês produzem e colocá-los na mesa do povo. Os restaurantes universitários, o Exército [Forças Armadas], todos terão que comprar da agricultura familiar”, acrescentou Teixeira, respondendo a uma das principais reivindicações do segmento após o que entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) classificam como o “desmonte do PAA e de várias políticas públicas” após quatro anos “de invisibilidade para o setor”. “É inadmissível que aqui no estado [do Rio Grande do Sul], nossas crianças comam bolacha com suco artificial, que nossas crianças não tenham uma alimentação saudável na hora do almoço”, disse a deputada estadual Bruna Rodrigues (PCdoB) ao lembrar que, quando criança, a merenda escolar chegou a ser uma de suas principais motivações para ir ao colégio. “Sou uma dessas que fui à escola para comer a merenda. Por isso, sei da importância disso”, afirmou.

DATA DA NOTÍCIA: 19/03/2023

Título: Programa Mais Médicos será retomado nesta segunda-feira (20)

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/19/programa-mais-medicos-sera-retomado-nesta-segunda-feira-20>

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, anunciou, no último sábado (18), que o programa Mais Médicos será retomado pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O relançamento do programa será feito pelo governo na próxima segunda-feira (20), no Palácio do Planalto, com a presença de Lula e com o nome de Mais Saúde para o Brasil. De acordo com Pimenta, haverá prioridade na contratação de médicos brasileiros.

Outras especialidades, que não eram alcançadas na primeira edição do programa, serão contempladas agora, como dentistas, enfermeiros e assistentes sociais nas equipes. O Mais Saúde para o Brasil foi explicado por Pimenta no anúncio que fez, em seu perfil no Twitter.

“Além de ampliar o número de profissionais na saúde, [o programa] vai trabalhar para melhorar o SUS com investimentos para construção e reformas de Unidades Básicas, ampliando o atendimento no Brasil”, explicou o ministro.

Ainda pelo Twitter, Pimenta lembrou que o programa, que teve sua primeira edição no governo da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), “chegou a ser responsável por 100% da atenção primária em 1.039 municípios, contratou mais de 18 mil profissionais e beneficiou 63 milhões de brasileiros.”

DATA DA NOTÍCIA: 19/03/2023

Título: Forma de Lula governar é aprovada por 57% dos brasileiros, aponta pesquisa Ipec

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/19/forma-de-lula-governar-e-aprovada-por-57-dos-brasileiros-aponta-pesquisa-ipecc>

Pesquisa Ipec divulgada neste domingo (19) mostra que a forma de governar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é aprovada por 57% dos brasileiros. Outros 35% dizem desaprová-la, como o petista administra o país. Os dados também apontam que 53% da população declara acreditar em Lula, contra 47% que dizem desconfiar dele.

Já em relação ao governo como um todo, 41% consideram ótimo ou bom, 30% regular e 24% ruim ou péssimo. A aprovação no início do terceiro mandato de Lula só perde para seus dois mandatos anteriores: 51%, em 2003, e 49%, em 2007. E para o começo do primeiro governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, que tinha 56% de ótimo ou bom.

Os índices de aprovação superam os do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que tinha 34% de ótimo ou bom, em março de 2019, e chegou ao máximo de 46% de aprovação quanto à forma de governar, em dezembro do ano passado.

A pesquisa também mostra que a estratégia da extrema direita de difundir que o Brasil está em risco de sofrer um golpe para implantação do comunismo convenceu parcela significativa da população. Segundo o Ipec, 44% dos entrevistados concordam com a afirmação de que "o Brasil corre o risco de virar um país comunista".

A preocupação com o comunismo é mais forte entre os evangélicos (57%) e menor entre moradores do Nordeste (35%).

Os que mais aprovam o governo Lula são os nordestinos (53%), pessoas que completaram até o ensino fundamental (47%), com renda de até um salário mínimo (50%) e católicos (45%). Já os que desaprovam o governo são em sua maioria do Norte e Centro-Oeste (31%), com ensino superior completo (29%), com renda acima de cinco salários mínimos (36%) e evangélicos (32%).

DATA DA NOTÍCIA: 21/03/2023

Título: Governo Lula celebra 20 anos de políticas públicas de combate ao racismo e lança novas medidas

Fonte pesquisada: <https://www.brasilefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasilefato.com.br/2023/03/21/governo-lula-celebra-20-anos-de-politicas-publicas-de-combate-ao-racismo-e-lanca-novas-medidas>

Há 20 anos, foi instituído no Brasil o Programa Nacional de Direitos Humanos, que incluiu como uma das suas prioridades o combate ao racismo. Desde então, diversas políticas públicas foram implementadas com o objetivo de promover a igualdade racial. A data foi celebrada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), nesta terça-feira (21), em evento no Palácio do Planalto.

"Nenhum país do mundo será uma democracia enquanto a cor da pele das pessoas determinar as oportunidades que elas terão ao longo de suas vidas", explicou o petista, que estava em seu primeiro mandato à frente do país, quando promoveu uma série de políticas públicas que completam 20 anos em 2023.

Uma das primeiras ações foi a sanção da Lei 10.639, em 9 de janeiro de 2003, ano inaugural do primeiro governo de Lula. A legislação tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio em todo o país. A lei foi uma importante conquista do movimento negro e uma resposta às demandas de reconhecimento e valorização da história e cultura negra no Brasil. Em seguida, em março daquele ano, veio a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que foi responsável por coordenar as políticas de promoção da igualdade racial e implementar ações afirmativas em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho e cultura.

Outra importante política pública foi a criação das cotas raciais em universidades públicas, que teve início em 2001 com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e se expandiu para outras instituições de ensino superior, estaduais e federais. As cotas raciais foram fundamentais para ampliar o acesso de jovens negros e negras ao ensino superior,

que historicamente eram excluídos dessa oportunidade. Inclusive a atual ministra da Seppir, Anielle Franco, que discursou no evento.

Além das cotas, outras ações afirmativas também foram implementadas, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos, a adoção de políticas de valorização da cultura negra e a criação do Estatuto da Igualdade Racial, que reconhece a discriminação racial como crime e estabelece diretrizes para a promoção da igualdade.

Emocionada, Anielle Franco celebrou os antigos chefes da secretaria que comanda. "Não há dúvidas de que esses 20 anos foram os mais representativos da história para a população negra. Raízes profundas geram árvores muito fortes, como a Seppir. O governo federal colocou a urgência do combate ao racismo na centralidade de sua gestão."

No evento, Lula anunciou uma série de políticas públicas a serem implementadas pela Seppir, em ações transversais com outros ministérios. "Esse é um governo aberto ao diálogo com a sociedade civil, o movimento negro e os movimentos de direitos humanos. Reconstruir esse país e criar políticas públicas cada vez mais inclusivas é uma tarefa obrigatória", afirmou o presidente.

Lula assinou cinco decretos: que reserva vagas em cargos de comissão na administração pública federal; que cria o grupo de trabalho para o novo programa nacional de ações afirmativas; que forma o grupo de trabalho para o Plano Juventude Negra Viva; e que funda o grupo de trabalho para o enfrentamento ao racismo religioso. Por fim, o presidente assinou a titulação de terras de quilombolas, representadas pelas comunidades Brejo dos Crioulos (MG), Lagoa dos Campinhos (SE) e Serra da Guia (SE).

DATA DA NOTÍCIA: 22/03/2023

Título: Senado chileno aprova lei que reduz jornada de trabalho e permite 3 dias de folga por semana

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79726/senado-chileno-aprova-lei-que-reduz-jornada-de-trabalho-e-permite-3-dias-de-folga-por-semana>

O Senado do Chile aprovou na terça-feira (21/03) o projeto de lei que diminui de 45 para 40 o máximo de horas da jornada semanal de trabalho no país.

O texto foi aprovado praticamente de forma unânime: houve 45 votos a favor e apenas cinco abstenções. O resultado foi considerado pela imprensa local uma grande vitória do governo do presidente Gabriel Boric, já que o Senado é uma casa legislativa onde há um equilíbrio com a oposição [25 vagas para cada lado].

A próxima e última etapa de tramitação se dará na Câmara dos Deputados, onde o governismo possui maioria.

O projeto foi lançado em 2018 pela então deputada comunista Camila Vallejo, atualmente ministra da Secretaria Geral de Governo e porta-voz da República do Chile.

A proposta prevê uma diminuição gradual da jornada: em 2024, a jornada diminuiria em uma hora, de 45 para 44 horas; mais duas em 2026, para 42 horas, até chegar às 40 horas a partir de 2028.

Além da diminuição da jornada, o projeto estabelece três dias de folga por semana para trabalhadoras e trabalhadores. Também afirma que a distribuição da carga horária e dos dias de folga podem ser negociadas entre patrões e empregados.

O governo comemorou a vitória e solicitou à Câmara dos Deputados urgência na tramitação da última votação, para que o presidente Boric possa sancionar a nova lei em uma cerimônia programada para 1º de maio, data em que se comemora o Dia do Trabalhador no Chile e em todo o mundo.

DATA DA NOTÍCIA: 22/03/2023

Título: Colômbia: reforma trabalhista amplia direitos, mas enfrenta campanha midiática contrária

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79722/colombia-reforma-trabalhista-amplia-direitos-mas-enfrenta-campanha-midiatica-contraria>

O governo de Gustavo Petro enfrenta seu primeiro duro embate legislativo, com o início do debate sobre o projeto de reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Constitucionais da Câmara dos Deputados, nesta terça-feira (22/03).

O projeto foi protocolado dias atrás, em 16 de março, mas seu debate entre a opinião pública do país já está presente há semanas, visto que o governo e partidos da base aliada têm realizado uma forte campanha nos meios públicos e nas redes sociais para difundir as principais medidas contidas no texto.

Entre os aspectos mais destacados do texto original que tramita atualmente no Legislativo colombiano estão a redução da jornada de trabalho para oito horas e estabilidade para trabalhadores do setor público.

Outros pontos importantes incluídos na reforma são a redução da brecha salarial de gênero e ampliação dos direitos incluídos na licença maternidade e aumento do período de licença paternidade, além de sanções para casos de discriminação racial ou contra população LGBTQIA+.

A proposta do governo também busca regularizar os trabalhadores de plataformas digitais e garantir o direito à greve tanto para trabalhadores sindicalizados quanto para não sindicalizados.

Durante a apresentação do projeto ao Congresso, o presidente Petro afirmou que “quando transformarmos este projeto em lei, a Colômbia começará a se industrializar e se modernizar, com aumento real dos salários e dos direitos, e o mais importante, com os trabalhadores sentindo os efeitos desse crescimento”.

O desafio do governo para aprovar a reforma não se reduz apenas à disputa contra uma oposição que, liderada pelo senador e ex-presidente Álvaro Uribe, ataca o projeto de Petro com um argumento bastante usual entre as direitas latino-americanas: “este projeto é

desastroso para o país e nos leva ao caminho de nos tornarmos uma Venezuela”, disse o caudilho da extrema direita local, em suas redes sociais.

Porém, os espaços midiáticos tendem a ser outro importante campo de batalha para a reforma, e nesse sentido, boa parte dos grandes meios de comunicação tem apoiado a oposição e os setores empresariais a promover seus argumentos contrários às iniciativas do governo.

DATA DA NOTÍCIA: 24/03/2023

Título: 'Nunca mais': Argentina marcha contra a ditadura no Dia da Memória, Verdade e Justiça

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/24/nunca-mais-argentina-marcha-contr-a-ditadura-no-dia-da-memoria-verdade-e-justica>

A Praça de Maio, palco histórico da luta pelos direitos humanos na Argentina, em Buenos Aires, recebe nesta sexta-feira (24) milhares de pessoas para comemorar mais um Dia da Memória, Verdade e Justiça. A data remonta ao 24 de março de 1976, quando um golpe de Estado de lideranças militares, civis e religiosas instalou a última e mais sangrenta ditadura militar no país, que deixou como saldo 30 mil desaparecidos.

O ato desta sexta acontece no ano em que se comemoram os 40 anos de redemocratização da Argentina, e também é o primeiro Dia da Memória sem Hebe de Bonafini, uma das primeiras mães que começaram a marcha em volta da Praça de Maio em busca dos seus familiares desaparecidos. Hebe era presidenta da Associação das Mães da Praça de Maio e faleceu em dezembro do ano passado.

"A luta argentina em defesa dos direitos humanos se transforma a partir dessas mães e avós", afirmou o Secretário de Direitos Humanos da Argentina, Horacio Pietragalla, durante o 3º Fórum Mundial de Direitos Humanos que aconteceu esta semana. O evento em Buenos Aires contou com o Ministro de Direitos Humanos do Brasil, Silvio Almeida, e ocorreu em um antigo centro de tortura da ditadura, a ESMA.

Pietragalla é vítima da ditadura argentina. Filho de desaparecidos, foi um dos bebês roubados pelos militares ao sequestrar mulheres grávidas ou crianças pequenas, prática recorrente na última ditadura do país – e que impulsionou as rondas das mães e avós na Praça de Maio. Horácio recuperou sua identidade em 2003, sendo o 75º neto recuperado pelas Avós da Praça de Maio. Hoje, já são 132 os netos recuperados. Os últimos dois foram recuperados em dezembro do ano passado.

“Há um elemento pontual que fez uma mudança categórica na construção da política de direitos humanos no país, que foi o amor. O amor de uma mãe em busca de um filho”, pontuou Pietragalla. “Eram mulheres de facções distintas: eram mães judias, católicas, ateias, de favelas, de classe média, de classe alta, mães que apoiaram o golpe por pensar que era um governo mais, mães que o repudiaram porque tinham consciência política. No entanto, nessa tragédia houve união entre essas diferenças e nunca perderam o objetivo, que é a memória, verdade e justiça e aparição com vida de cada companheiro que havia sido detido desaparecido”, disse o secretário.

Nos últimos anos, uma onda de negacionismo tem crescido com o setor conservador e a ascensão da extrema direita na Argentina. Portanto, algumas organizações políticas também levam à marcha desta sexta os ataques contra a democracia no país e a tentativa de assassinato da vice-presidenta Cristina Kirchner.

DATA DA NOTÍCIA: 25/03/2023

Título: As vítimas da Operação Condor: banco de dados revela 805 perseguidos nas ditaduras sul-americanas

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/processo-condor/79780/as-vitimas-da-operacao-condor-banco-de-dados-revela-805-perseguidos-nas-ditaduras-sul-americanas>

A repressão transnacional praticada pelas ditaduras do Cone Sul entre 1969 e 1981, sob a tutela da Operação Condor, sequestrou, torturou e assassinou. Naquela época, a América do Sul se tornou uma zona de terror, destilando violências aos seus opositores. O trabalho da pesquisadora italiana Francesca Lessa foca justamente nesse período, coletando informações que se transformaram no primeiro banco de dados das vítimas dos regimes sul-americanos. O banco de dados surgiu após a pesquisadora da Universidade de Oxford publicar o livro Os julgamentos do Condor (Editora Quê), que apresenta as ações e o funcionamento da operação.

A Opera Mundi, Lessa afirmou que a Operação Condor permitiu uma "colaboração" das ditaduras sul-americanas no "aprofundamento da perseguição e a aniquilação da oposição". No entanto, segundo ela, "essas políticas de aniquilação são anteriores a Condor".

Escrito originalmente em inglês, o livro, que já foi traduzido para o espanhol e italiano, venceu neste ano o Prêmio Juan E. Méndez de Direitos Humanos na América Latina, além de receber uma menção honrosa no Prêmio Bryce Wood da Latin American Studies Association (LASA), a maior associação profissional do mundo para pessoas e instituições engajadas no estudo da região. Uma cópia foi entregue em mãos ao papa Francisco.

A partir da obra que Lessa publicou o banco de dados. O arquivo possui fichas de 805 vítimas do conluio entre as ditaduras. Cada ficha traz diversas informações sobre as vítimas, como o país de origem, o movimento político do qual faziam parte, o local onde foram sequestradas, se sobreviveram, se foram assassinadas ou se seguem desaparecidas.

Para a reportagem, Lessa afirmou que entre elas, há 33 casos de brasileiros que foram "vítimas da coordenação repressiva".

Lessa fez dos estudos acerca da repressão transnacional e a violação dos direitos humanos nas ditaduras da América do Sul seu lema de vida. Por conta disso, foi ameaçada de morte em 2017 por um grupo da extrema direita uruguaia. Em 2018, deixou o Uruguai e voltou a Oxford, sede da universidade em que trabalha.

Mesmo assim, foi convidada e testemunhou em processos que julgaram os crimes da Operação Condor.

Em fevereiro deste ano, a pesquisadora depôs na audiência que abriu o novo julgamento de Jorge Nestor Troccoli. O ex-oficial do serviço secreto da Marinha uruguaia (Fusna) já está

preso na Itália em prisão perpétua pela morte e desaparecimento de dezenas de italianos durante os regimes sul-americanos. Além dele, mais 13 pessoas foram sentenciadas.

O segundo caso julga a participação de Troccoli no assassinato e desaparecimento de Raffaella Filipazzi, José Potenza e Elena Quinteros, entre os anos de 1970 e 1980.

DATA DA NOTÍCIA: 26/03/2023

Título: Eleições para eleger Assembleia Nacional em Cuba avançam 'normalmente'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79804/eleicoes-para-eleger-assembleia-nacional-em-cuba-avancam-normalmente>

Cerca de 3.382.000 cubanos já votaram neste domingo (26/03) nas eleições de renovação da Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento), cifra que representa mais de 41% do rol eleitoral básico de 8.120.072 eleitores. Cidadãos vão às urnas para eleger os 470 membros que comporão a X legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular (Parlamento unicameral) por um período de cinco anos. Dos 470 deputados a serem eleitos neste 26 de março, 221 são delegados de base, 135 de origem provincial e 114 de origem nacional.

Segundo declarou à imprensa a secretária do Conselho Nacional Eleitoral, María Esther Bacallao, a votação ocorreu "sem grandes incidentes que pudessem paralisar o andamento normal do processo". Nesse sentido, a presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CEN), Alina Balseiro, afirmou que o dia das eleições "começou satisfatoriamente com vistas a eleger os deputados ao parlamento cubano".

Em comunicação televisiva, a autoridade eleitoral informou que mais de 23 mil escolas que funcionam no país para a eleição dos 470 candidatos à Assembleia Nacional do Poder Popular abriram "sem dificuldades conforme previsto", às 07h (8h no horário de Brasília).

A porcentagem de eleitores até o momento é superior à registada nas eleições autárquicas de novembro e do referendo do Código da Família, realizado em setembro no país caribenho. As assembleias de voto para as eleições parlamentares encerram as suas atividades às 18h locais (19h no horário de Brasília) deste domingo.

DATA DA NOTÍCIA: 27/03/2023

Título: Com 90% de votos válidos, 470 deputados estão eleitos em Cuba

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/79807/com-90-de-votos-validos-470-deputados-estao-eleitos-em-cuba>

A presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE) de Cuba, Alina Balseiro, informou na manhã desta segunda-feira (27/03) os resultados preliminares do processo eleitoral nacional de 2023 que ocorreu na ilha neste domingo (26/03).

O órgão eleitoral declarou que 6.164.876 de 8.120.072 eleitores exerceram seu direito de voto, representando 75,92% de participação, segundo Balseiro. Do total de cédulas depositadas nas urnas, 90,28% eram válidas. As cédulas em branco representaram 6,22% do total, e 3,50% foram anuladas. Balseiro afirmou que, do número total de votos válidos emitidos, 72,10% eram votos para todos os deputados e 27,90% eram votos seletivos.

A presidente do CNE cubano disse, então, que os resultados preliminares validam a eleição dos 470 candidatos propostos como deputados ao mais alto órgão do poder estatal, com mais de 50% dos votos válidos emitidos pelos eleitores. O processo de domingo serviu para constituir a Assembleia Nacional de Cuba. Agora, é esperado a votação interna do Conselho de Estado e outros membros do órgão, assim como o presidente e vice-presidente da República, em 19 de abril. Balseiro ainda afirmou que o comparecimento às urnas para estas eleições foi maior do que nas eleições anteriores, particularmente em comparação com o referendo sobre o Código de Família.

Dos 470 deputados a serem eleitos, 221 eram delegados de base, 135 de origem provincial e 114 de origem nacional. Segundo declarou à imprensa a secretária do Conselho Nacional Eleitoral, María Esther Bacallao, a votação de domingo ocorreu "sem grandes incidentes que pudessem paralisar o andamento normal do processo".

O presidente de Cuba, Miguel Díaz-Canel, também participou das eleições nacionais, deslocando-se à 44ª sessão eleitoral de Santa Clara, sua cidade natal. Antes de entrar na seção eleitoral, o chefe de Estado conversou com jovens que expressaram seu apoio e confiança no processo democrático cubano.

Díaz-Canel afirmou que os candidatos tiveram a oportunidade de dialogar com o povo sobre os desafios que Cuba enfrenta diante do bloqueio econômico promovido pelos Estados Unidos e da injusta inclusão na lista de países que patrocinam o terrorismo. O presidente também disse que a Assembleia Nacional "deve mudar seu sistema de trabalho para facilitar o intercâmbio entre as pessoas e avançar na agenda legislativa". Também expressou sua confiança de que o povo cubano está "defendendo o futuro, a pátria e a unidade da Revolução com seu voto consciente e otimista".

DATA DA NOTÍCIA: 29/03/2023

Título: Militar que avisou superiores sobre risco de invasão em 8 de janeiro será ouvido por CPI no DF

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/03/29/militar-que-avisou-superiores-sobre-risco-de-invasao-em-8-de-janeiro-sera-ouvido-por-cpi-no-df>

A CPI dos atos antidemocráticos da Câmara Legislativa do DF (CLDF) ouvirá, nesta quinta-feira (30), Jorge Henrique da Silva Pinto, que é tenente-coronel da Polícia Militar. O militar do Distrito Federal foi convocado porque fez vários alertas aos superiores sobre a ameaça de invasão do Congresso Nacional no dia 8 de janeiro. Jorge Henrique atuava na coordenação de Assuntos Institucionais da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública (SSP/DF).

Na pauta da reunião da CPI desta quinta existem sete requerimentos para serem votados, dentre eles as convocações do major da PM/DF Cláudio Mendes dos Santos, requerida pelo deputado Fábio Félix (PSOL). Também serão votados requerimentos de informações ao Governo do DF, Exército Brasileiro, Ministério da Justiça, Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Ministério do Turismo.

O presidente da CPI, deputado Chico Vigilante (PT), informou que pediu à Procuradoria Geral da CLDF para dar um parecer sobre a possibilidade da Comissão poder convocar ou não integrantes do Exército Brasileiro. “Se a gente não puder convocar integrantes do Exército nós vamos convidar”, disse Vigilante, destacando que essas convocações ou convites aconteceram independente da patente, sendo observados apenas o envolvimento dos mesmos nos atos do dia 8 de janeiro.

Já foram ouvidos o ex-secretário de Segurança Pública Júlio de Souza Danilo, o ex-comandante de Operações da Polícia Militar do Distrito Federal Jorge Eduardo Naime, o ex-secretário Executivo da SSP/DF Fernando de Sousa Oliveira e a ex-subsecretária de Inteligência da SSP/DF Marília Ferreira Alencar. O ex-secretário Anderson Torres já foi convocado, mas por estar preso suspeito de colaboração com os atos não pode ser conduzido coercitivamente e até o momento não aceitou participar de uma oitiva da CPI.

DATA DA NOTÍCIA: 29/03/2023

Título: Lula e Haddad se reúnem às 15h para fechar arcabouço fiscal; presidente decide divulgação, diz ministro

Fonte da notícia: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/03/lula-haddad-reuniao-arcabouco.ghtml>

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que irá se reunir com o presidente Lula às 15h desta quarta-feira para fechar a regra que substituirá o teto de gastos, o chamado arcabouço fiscal. Haddad afirmou que Lula irá decidir quando divulgar os detalhes da proposta. A reunião deve ser no Palácio do Alvorada

Haddad também confirmou reunião amanhã com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e líderes partidários da Casa para apresentação da regra. Haverá outra reunião, ainda nesta quarta, com líderes da Câmara.

De acordo com a convocação feita por Pacheco, Haddad apresentará as "linhas gerais" da proposta aos senadores, ao lado do secretário-executivo da pasta, Gabriel Galípolo. Na terça-feira, em encontro com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Pacheco se comprometeu a dar celeridade ao novo arcabouço fiscal planejado pelo governo.

A âncora fiscal são regras orçamentárias para impedir que o governo gaste muito mais que arrecada. A nova regra para as contas públicas irá substituir o atual teto de gastos. Aprovada

em 2016, essa norma trava as despesas federais à inflação do ano anterior e é considerada por especialistas e pelo mercado como a principal âncora para as contas públicas do país.

Nas últimas semanas, o debate sobre o arcabouço girou em torno da intensidade do ajuste fiscal, enquanto parlamentares do PT defendem um ritmo mais gradual do que o desenhado pelo ministro da Fazenda. Alguns integrantes do governo também temiam que o arcabouço impedisse mais investimentos. Parlamentares do PT e parte do governo pressionaram por um ajuste mais gradual, com mais gastos públicos. Essas despesas seriam destinadas para políticas públicas como investimentos.